

NOTAS SOBRE ESTUDOS DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL

Augusto Fagundes da Silva dos Santos*
Lucas Santos Café**

O objetivo principal deste artigo é fazer uma análise da Historiografia sobre a escravidão no Brasil, dando ênfase principalmente ao debate travado entre a Historiografia tradicional e os “novos” Marxistas da História Social. Nossa proposta é explanar os principais entraves que brotaram desta problemática e analisar sobre até que ponto os estudos realizados até a década de 60 influenciaram na formação de estereótipos acerca do escravo e como isso pode ter sido nocivo às relações sócio-raciais no Brasil atual. Utilizaremos como metodologia a leitura, análise e interpretação da bibliografia relevante que se debruçou sobre o estudo da Escravidão no Brasil ao longo do século XX.

Palavras-chave: Escravo. Historiografia. Sociedade. Negro.

The main objective of this article is to analyze the Historiography on the slavery in Brazil, emphasizing the debate between between the traditional Historiography and the “new” Marxists of Social History. Our proposal is try to explain the major obstacles that arose from this problem and analyze how far the studies carried out until the 60's, influenced the formation of stereotypes about slavery and how it may have been harmful to the socio-racial relations in Brazil today. Methodology to use as reading, analysis and interpretation of the relevant literature that addressed the study of Slavery in Brazil throughout the twentieth century.

Key words: Slave. Historiography. Society. Black.

INTRODUÇÃO

No Brasil, é quase consenso entre os historiadores a importância dos estudos sobre a Escravidão. A partir deste tema podemos acrescentar outros que dele são oriundos como a Abolição e a Liberdade. Quase todos os programas de pós-graduação em História no país dispõem de linhas de pesquisa sobre o tema e seus derivados, ou pelo menos possuem especialistas na área. Apesar de ser bastante explorado, parecem ser inesgotáveis as possibilidades de pesquisas neste campo. Diversas são as análises e interpretações trazidas pelos novos estudos sobre Escravidão, que nos revelam várias questões que outrora não eram abordadas, tentando preencher lacunas deixadas pelos clássicos da nossa historiografia.

Por ser um tema de suma importância, a Escravidão sempre gerou muitas polêmicas e vários debates e entraves acadêmicos. Entre outros, o debate mais conhecido foi travado pela chamada Historiografia Tradicional sobre a Escravidão no Brasil (Escola Paulista), de viés marxista ortodoxo, e os chamados historiadores “culturalistas” ou “novos marxistas”, bastante influenciados pelos estudos de Edward Palmer Thompson, que

é um grande crítico do marxismo ortodoxo e de seus determinismos e reducionismos (BURKE, 2005).

Estas discussões acerca da Historiografia que estudam o papel do escravo na sociedade brasileira até o final do século XIX são detentoras de elevada gama de informações, estas são muito ricas, uma vez que um grande debate já foi realizado em torno da questão do escravo e da escravidão nas produções historiográficas. Mas, mesmo reconhecendo os avanços, acreditamos que existe a necessidade de novas discussões acerca do mesmo, pois após um longo ciclo de debates que já duram quase meio século, ainda há controvérsias em torno do sistema escravista (MAESTRI, 2005).

Em suma, o que se pretende após a discussão historiográfica que é bastante pertinente, é mostrar o importante papel da História Social a partir de meados da década de 80, que possibilitou o surgimento de novas tendências que começaram a tratar o tema da Escravidão através de novas perspectivas e também do remanejamento das fontes, ou seja, a utilização das mesmas fontes, mas com a mudança do ponto de vista, o escravo passando a sujeito ativo na análise histórica.

*Graduado em História pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. augustofagundes@yahoo.com.br

**Graduado em História pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. lucascafe2000@yahoo.com.br

O ESCRAVO NA HISTORIOGRAFIA

Para a construção de nossa análise, partiremos da década de 30 do século XX observando alguns aspectos das obras *Casa Grande & Senzala* e *Sobrados e Mucambos* de Gilberto Freyre, considerados grandes clássicos interpretativos sobre a história do Brasil e que possibilitaram várias discussões sobre a questão da escravidão e seus efeitos para a formação da sociedade brasileira. Freyre trabalhou em suas obras conceitos como o de “Patriarcalismo” para entender as relações entre senhores e escravos, e idéias que permitiram o surgimento de conceitos como o de Democracia Racial, que até os dias atuais geram polêmicas no ambiente acadêmico brasileiro (MUNANGA, 2003).

Gilberto Freyre produziu nas décadas de 30 e 40, obras que buscavam explicar a formação da sociedade brasileira, tendo a escravidão uma grande importância neste processo. Em seus livros o autor trata das relações entre senhores e escravos de forma muito peculiar, pois para ele, existia uma relação se não de amizade pelo menos amistosa, e que o escravizado tinha possibilidades nas relações de negociação com o seu senhor. Na verdade, Freyre se preocupou em observar a escravidão a partir das relações humanas e de aspectos culturais que acreditava serem inerentes aos negros e aos portugueses.

Para Freyre cada povo tinha um caráter cultural formado ao longo do tempo por fatores diversos, como o clima, a localização geográfica e o contato com outros povos. Neste sentido, segundo autor, os portugueses estavam aptos a se relacionar com outros povos, devido a contatos que tiveram ao longo de sua história. Sendo assim, o caráter do português, traçado por aspectos culturais, permitia que diferentemente de outros povos europeus, eles fossem capazes de se relacionar harmoniosamente com diversas culturas, como a indígena e a negra. Desta concepção surge a idéia de que a relação entre negros e brancos no Brasil não foi tão violenta como defendia os pensadores de viés marxista, como Caio Prado Junior (CHALHOUB, 1990).

No momento em que Freyre teceu estas considerações sobre a escravidão no Brasil, estava tentando explicar a formação da sociedade brasileira e ao mesmo tempo estabelecendo um debate contra algumas correntes européias que criticavam a questão da miscigenação¹. Freyre, pelo contrário, tentava explicar a formação da sociedade brasileira a partir da miscige-

nação, ou seja, da mistura entre negros, índios e brancos. Em seus estudos, sua proposta era indicar que esta miscigenação não era ruim como pensava alguns estudiosos europeus. Invertendo a lógica de pensamento, para Freyre, a miscigenação era a grande virtude do país.

As obras de Freyre acabaram influenciando uma série de trabalhos que começaram a pensar e desenvolver a idéia de democracia racial², conceito hoje bastante discutível e refutado por muitos nas academias brasileiras. A idéia de democracia racial remete a uma nação onde negros, índios e brancos vivem em harmonia, numa espécie de “paraíso racial”. Um lugar onde não existe racismo, e as diferenças são respeitadas. Por passar esta falsa idéia das relações entre os grupos raciais no Brasil, os conceitos de Freyre foram e continuam sendo bastante criticados.

Suas idéias não foram refutadas de imediato, apesar de haverem outros trabalhos que tentavam interpretar a História do Brasil e que viam a escravidão de maneira diversa. O importante é destacar o contexto social em que a obra de Freyre foi escrita, período de afirmação da nação brasileira, necessidade de exaltação dos valores nacionais, do culto simbólico, no qual pertence entre outras coisas à questão da democracia racial, ou seja, da valorização da miscigenação brasileira, como algo peculiar e visto naquele momento como algo positivo dentro do contexto da narrativa dos valores nacionais. O contexto não explica toda a sua obra, mas pelo menos parte dela, dando indicativos para o entendimento do que ela defende.

Após esta breve análise da compreensão de Freyre sobre a escravidão, analisaremos um grupo de pesquisadores que se dedicou a entender a História do Brasil a partir de um viés marxista e economicista. A “Escola Sociológica Paulista”³ como ficou conhecida, um grupo de estudiosos que emergem no início da década de 60 e refutam as idéias elaboradas por Gilberto Freyre produzida alguns anos antes. Entendendo a partir de uma lógica extremamente econômica e sem atentar para as relações culturais e humanas, estes estudiosos acreditavam que o sistema escravista era coercitivo, compulsório, repressor, não existindo, portanto amenidade entre as relações entre senhores e escravos. Para eles o escravo era apenas uma mercadoria com valor de uso e de venda, ou seja, este estava muito mais relacionado à categoria de coisa do que de ser humano, por isso surge à idéia de “coisificação do escravo”.

¹No século XIX, alguns estudiosos como Herbert Spencer e Hippolyte Taine, inspirados na obra de Darwin, desenvolveram uma série de teorias racistas que buscavam explicar a dominação de determinados grupos sobre outros. No momento, eles buscavam justificar principalmente o imperialismo europeu sobre o continente africano.

²Autores norte-americanos como Donald Pierson e Marvin Harris defenderam por muito tempo a idéia da existência de uma democracia racial no Brasil. Trabalhos de estudiosos brasileiros também foram influenciados pelas idéias de Freyre, como Mário Rodrigues Filho em seu clássico sobre o futebol brasileiro: RODRIGUES FILHO, Mário. O negro no futebol brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

³Esta escola surgiu a partir dos estudos sociológicos de Florestan Fernandes em São Paulo em finais da década de 50 e início da década seguinte. Logo, este grupo cresceu tanto na produção acadêmica quanto em número de pesquisadores. Entre os principais estudiosos e seguidores deste grupo estão: José de Souza Martins, Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni e Emília Viotti da Costa.

O conceito “coisificação do escravo” desponta de maneira institucionalizada⁴ dentro do campo da historiografia e das ciências sociais, no início da década de 60, com a chamada escola sociológica paulista formada por vários sociólogos que discutiam sobre o processo de acumulação de capital que resultaria no fortalecimento do mercado e conseqüentemente na solidificação do capitalismo comercial. Entre esses estudiosos, podemos mencionar: Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni, Emília Viotti da Costa. Os objetivos deste grupo, enquanto campo de pesquisa, eram bastante diferentes. Eles estavam interessados nas bases do surgimento do capitalismo, ou seja, numa análise da macro-estrutura. Mas, para chegar a tais conclusões tiveram que passar pelos conceitos de modo de produção, que no Brasil até o final do século XIX se configurou pelo modo escravista.

Então, a teoria desses estudiosos é que as bases do surgimento e fortalecimento do capitalismo comercial no Brasil se deu através da instituição da escravidão, e mais que isso, a escravidão de forma extrema, ou seja, rígida. O escravo trabalhava de forma desumana, violenta. Para esses sociólogos, a relação entre “Senhor – Escravo” era verticalmente imposta e repressora, teorizaram que no sistema escravista o escravo não passava de uma mercadoria com valor de uso e de troca, ou seja, este era uma ferramenta de execução do sistema, próximo de uma coisa. É dentro desse contexto que surge a idéia de coisificação do escravo, que nega as relações suaves, amenas, que existiam entre senhores e escravos, idéias estas defendidas por Gilberto Freyre em suas pesquisas na década de 30. Aliás, a obra de Freyre foi refutada quase que na sua totalidade por essa corrente de pensamento.

A nosso ver, a escola sociológica paulista por não se deter na temática da escravidão em específico e estar preocupada com a macro-estrutura do sistema econômico, além de “coisificar” o escravo, o que até aí é aceitável do ponto de vista da discussão historiográfica, peca no fato de deixar o escravo de fora das narrativas históricas (MACHADO, 1988), obviamente que isso decorre do recorte temático e dos interesses do pesquisador. A História Social mostra em seus diversos aspectos, ou seja, revoltas e negociações feitas pelos escravos dentro do sistema escravista (REIS, 1993), que este era componente ativo dentro do processo, negociando direitos, o que conseqüentemente levaria a concluir na não “coisificação do escravo”. Vale ressaltar ainda que os processos de resistência não necessariamente se restringem a revoltas e rebeliões, elas aconteciam no dia-dia de maneira sutil, a exemplo da formação da família escrava que foi entendida por Robert

Wayne Andrew Slenes como uma forma de resistência (SLENES, 1999).

Na década de 80, surge uma nova corrente historiográfica sobre a escravidão no Brasil, que faz críticas tanto ao pensamento de Freyre, quanto ao posicionamento da Escola Sociológica Paulista. Esta corrente foi denominada por alguns historiadores como “Neopatriarcal”, “Culturalistas” ou “Novos Marxistas”. Entre os principais nomes referentes a esta corrente estão: Stuart Schwartz, Lana Lage da Gama Lima, Sílvia Hunold Lara, Sidney Chalhoub, Jacob Gorender, entre outros que serão mencionados ao longo do trabalho. Este grupo vai ser chamado por Jacob Gorender de Neopatriarcal, em ilustração a retomada dos estudos, indo ao encontro parcial dos estudos de Freyre e contra as idéias de coisificação.

Essa corrente não nega a condição inferior do escravo na sociedade escravista brasileira até o final do oitocentos, pelo contrário eles concordam com essa idéia, porém defendem a existência de um espaço para que o escravo pudesse negociar condições um pouco melhores de sobrevivência. Assim esse espaço é considerado não como abrandamento do sistema e sim como parte necessária do processo de adaptação do cativo no seu novo “habitat”. Desta forma, o “Neopatriarcalismo”, não é igual nem as idéias de Freyre nem aos estudiosos que coisificam o escravo nas narrativas históricas.

Até mesmo as idéias de Sílvia Hunold Lara que nega ao extremo a coisificação, serão iguais as de Freyre. Para esta, mesmo concordando que o escravo era uma mercadoria, ela discorda explicitamente com as idéias de coisificação, para ela, mesmo as surras, faziam parte das relações e funcionavam como elemento educador para a manutenção do sistema de forma “harmoniosa” entre senhores e escravos. Sintetizando a idéia da autora, quanto mais obediente o escravo fosse, mais vantagens ele teria. Esta autora também faz parte do grupo que surge a partir da década de 80 influenciados pelas idéias do historiador inglês Edward P. Thompson (LARA, 1992).

Esta corrente de historiadores foi bastante influenciada pela revolução historiográfica da década de 70, promovida pela História Cultural Francesa, a História Social Inglesa e a Micro História Italiana. Com a difusão das teorias da História Social Inglesa que criticavam as análises marxistas ortodoxas reducionistas para o entendimento da sociedade, e que buscaram valorizar os aspectos culturais e as manifestações dos diversos grupos sociais, houve uma flexibilização em relação ao pensar o papel realizado pelos grupos subalternos na História. Além da História Social Inglesa, a História Cul-

⁴Após algumas publicações de pesquisadores vinculados a Escola Sociológica Paulista, que tentavam entender a macro-estrutura econômico-social a partir de modelos estruturalizantes. Parte da historiografia principalmente os que estudam escravos e suas relações de resistência em âmbito social, como por exemplo Robert Slenes, Sidney Chalhoub, Jacob Gorender, João José Reis, Maria Helena P.T Machado, entre vários outros, conseguiram mostrar a partir de seus trabalhos, principalmente a partir das décadas de 80 que o escravo eram indivíduos ativos, com capacidade plena de influenciar as relações sociais.

tural Francesa foi muito importante para uma nova relação entre a cultura e os historiadores. Com ampliação dos temas e das abordagens dentro das pesquisas históricas proporcionada por estas correntes, alguns historiadores começaram a se dedicar aos estudos por um viés cultural, tentando entender o âmbito cultural como importante nas relações dentro da sociedade.

Nenhum outro autor influenciou e continua influenciado os novos estudos sobre a escravidão no país como Edward Palmer Thompson. Segundo Peter Burke em seu livro *O que é história cultural?*, Thompson foi o mais influente autor sobre os estudos das camadas populares e cultura popular. Para Burke, os trabalhos de Thompson “descobriram o povo” dentro da História Cultural, e podem ser considerados como uma reação a uma história das elites e a uma história política e econômica. Na verdade, Thompson propõe o estudo da cultura, ou seja, das crenças, dos cultos, e dos valores dentro do processo histórico, abandonando qualquer relação determinista e economicista para o entendimento das relações entre os homens (THOMPSON, 2008).

Um dos principais autores que foram influenciados por Thompson e criticou a visão da historiografia clássica sobre a escravidão foi Robert Slenes. Em seu livro *Na senzala, uma flor*, o autor contesta a visão da historiografia tradicional que acreditava não haver a possibilidade da formação da família escrava no sistema escravista. Para ele, a família escrava era algo real, e importante dentro do sistema de resistência e na negociação com os senhores. Para Slenes, a família acabava por fornecer ao cativo um maior interesse pela sociedade, o que fortalecia um sentimento de esperança nos escravos.

Segundo Slenes, o escravismo não pode ser compreendido apenas pelo viés economicista, pois o próprio sistema não se baseia na força, mas também numa política de incentivos paternalistas. O interesse maior de Slenes é romper com a idéia de um escravo coisa, sem emoções, sem sentimentos, sem esperança. O que importa para Slenes é entender a relação entre senhor e escravo, ou seja, as estratégias dos escravos, e como se dava a negociação entre os diversos atores sociais.

A missão de Slenes é resgatar a capacidade dos cativos de constituírem famílias conjugais, extensas e inter-geracionais, e de agirem em concerto com seus companheiros para adquirir projetos em comum. Com isso, o autor critica diretamente a visão tradicional que defendia a impossibilidade de se formar uma família escrava, pois a senzala se configurava como um espaço de promiscuidade e de uniões instáveis. A impossibilidade de se formar uma família era conseqüência da própria escravidão que destruía os sentimentos e deturpava a moral, corrompendo a sociedade. Os principais alvos de Slenes foram os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes e Caio Prado Junior, pois enxergavam que o impacto da escravidão era de

tal forma na vida do cativo, que ele era incapaz de se organizar e resistir socialmente (SLENES, 1999).

Slenes assinalou que o surgimento de uma crítica a visão tradicional, foi possibilitada pelos estudos de Thompson e pelo uso de novas fontes. Estes novos estudos amenizaram a visão tradicional que só conseguia enxergar violência e exploração no sistema escravista. Além de observar a possibilidade da criação da família escrava, Slenes mostrou que ela era muitas vezes fruto do incentivo dos senhores e das experiências e memórias compartilhadas entre os cativos. Para ele a família era essencial dentro dos planos de resistência e negociação, pois ela minava constantemente a hegemonia dos senhores e por isso, era procurada e valorizada pelos escravos. O importante é perceber que para Slenes, o escravo é ativo dentro das relações humanas, estando, pois, distante do escravo “coisa” da visão tradicional (SLENES, 1999).

Outro autor que contribuiu bastante para o entendimento acerca do papel ativo do escravo dentro do sistema escravista foi Sidney Chalhoub. Em seu livro *Em visões da Liberdade*, mostra ter características similares desta linha de pensamento. Partindo do método indiciário de Ginzburg e das pesquisas de Darnton que permitem entender determinados grupos. O autor realiza uma crítica à visão tradicional acerca do tratamento que se deu ao escravo na produção historiográfica. Neste sentido, tenta mostrar os espaços que existiam no sistema escravista e que possibilitavam aos cativos negociarem certo grau de liberdade na segunda metade do século XIX na cidade do Rio de Janeiro. Mostra também através de processos civis e criminais a concepção de liberdade presente no escravo daquele período e a participação ativa deste dentro do sistema, capaz, por exemplo, de influenciar em negociações de compra e venda e forçando de alguma maneira a venda para perto de um familiar ou a permanência próximo do mesmo.

Influenciado pela História Social e Antropológica de Thompson, Chalhoub tenta observar como se dava a luta do escravo pela liberdade em diversos âmbitos, como por exemplo, para obter as cartas de alforria. Segundo Chalhoub, a Antropologia social é essencial para que o historiador amplie seus horizontes de reflexões e possam observar questões não vistas antes. Em suma, para Chalhoub, o escravo não pode ser entendido como uma coisa, pois a violência da escravidão não transformava os negros em seres incapazes e passivos. Eles eram capazes não só de reagir, mas agir dentro do processo das relações humanas. A questão é que os cativos agiam com lógica e racionalidade própria que muitas vezes não eram entendidas por outras pessoas (CHALHOUB, 1999).

Mas, dentro dessa discussão nos colocamos mais a favor das idéias da historiadora Kátia M. de Queiroz Mattoso, que em seu livro *Ser escravo no Brasil mos-*

tra o escravo com a necessidade de se adaptar e a capacidade de conseguir espaços para que o ajustamento fosse realizado, assim a autora considera que o cativo era agente modificador do ambiente em que vivia. Em síntese, quanto mais “manso”, “obediente” fosse, mas sutil seria sua relação com o seu senhor e conseqüentemente mais vantagens ou “liberdade” o escravo teria. Outra característica que a autora mostra em sua obra é o que poderíamos chamar de “o outro lado da escravidão” que não era de respeito e obediência por parte do cativo e sim de fugas, conflitos e violência, ou seja, da insatisfação dos cativos com o sistema, e a capacidade dos mesmos de elaborar fugas e rebeliões, refutando, portanto, mais uma vez a idéia de “coisificação”, ou seja, o escravo incapaz de pensar e agir, o que, portanto reitera e reforça o equívoco de parte da historiografia das décadas de 60 e 70.

É consenso que o escravo ocupava a base da pirâmide social do sistema escravista brasileiro e era realmente tratado em condições muitas vezes desumanas⁵. Mas, houve exceções e que não foram tão poucas assim, principalmente os escravos que moravam na Casa Grande e realizavam afazeres domésticos, tinham algumas regalias, mas a grande massa escravista viveu em condições subumanas. Porém, só podemos concordar com a idéia da coisificação, sob esse ponto de vista, o da violência e o da intenção do senhor de mantê-los sobre total controle, pois quanto mais “objetificável”, ou seja, quieto, calado, manso, fosse o escravo melhor seria para seu senhor que não teria maiores problemas com aquele escravo. Quanto a todos os outros aspectos, que se referem ao escravo como coisa do ponto de vista da sua suposta falta de capacidade ou inferioridade, somos contrários a tais idéias, pois uma coisa não fala, uma coisa não age, nem reage e uma coisa não tem sentimentos.

CONCLUSÃO

Portanto, a idéia principal desse artigo foi propor novos esforços em torno da manutenção das discussões historiográficas acerca da temática da Escravidão por considerar um dos temas mais importantes da História Brasileira.

Além disso, acreditamos que seja necessário fazer uma análise do atual momento que vive a sociedade brasileira. Refletir sobre até que ponto os estudos realizados por Gilberto Freyre, e principalmente os da década de 60, muito voltados a modelos teóricos provenientes da economia-política, influenciaram na construção de estereótipos acerca do escravo e como isso pode ter sido nocivo ao Brasil atual. Esta influência a nosso ver foi maléfica para a sociedade brasileira, pois reforçou estereótipos negativos sobre o negro o que fomentou preconceitos e discriminações.

Entendemos a História enquanto ciência capaz de analisar e interferir na realidade social, portanto o mal que se faz mesmo que inconscientemente em algumas discussões, como é o caso dos estudos que reforçaram o escravo enquanto uma “coisa” é um dano irreparável principalmente na sociedade brasileira onde há forte desigualdade sócio-racial. Mas vale salientar que com as mudanças nas pesquisas a partir da década de 80, e a função da “História Social” enquanto ferramenta capaz de transformar ou mudar os rumos da pesquisa histórica, (orientação, interpretação e o método). Quanto a este último, por exemplo, houve a inserção cada vez maior de métodos quantitativos, e também na revalorização das fontes. Toda essa mudança de enfoque e de remanejamento nas fontes certamente proporcionou aos estudiosos, um novo rumo nas pesquisas que influenciaram e influenciam nas discussões sociais acerca do negro na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Elide Rugai. **Pensamento social da Escola Sociológica Paulista**. In: O que ler na ciência social brasileira, 1970-2002. São Paulo, ANPOCS, 2002.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?**. Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CARDOSO, F.H. **Condições sociais de Industrialização**. Revista Brasiliense, nº 28, 1961.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

FERNANDES, Florestan. **Círculo Fechado: quatro ensaios sobre o “Poder Institucional”**. São Paulo: HUCITEC, 1976.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 28 ed. (1. ed. 1933). Rio de Janeiro: Record, 1992.

_____. **Sobrados e mucambos – decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 3.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1961.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. São Paulo: Ática, 1988.

HENRIQUES, Isabel Castro. **Reflexões sobre o “escravo” africano**. In: O pássaro do mel: estudos de história africana. Lisboa: Colibri, 2003.

- LARA, S. H. Escravidão No Brasil: Um Balanço Historiográfico. LPH - **Revista Brasileira de Historia**, v. 3, n. 1, p. 215-244, 1992.
- MACHADO, Maria Helena P.T. Em Torno da Autonomia Escrava: Uma Nova Direção Para a História Social da Escravidão. *In: Revista Brasileira de História*, v.8 nº 16, pp.143-160. São Paulo, 1988.
- MAESTRI, Mário. **O escravismo colonial: a revolução copernicana de Jacob Gorender. História&Luta de Classes.** Rio de Janeiro:, p.77-102, 2005.
- MARTINS, J. S. **O Cativoiro da Terra.** São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. **Ser escravo No Brasil.** São Paulo, Brasiliense, 1982.
- MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/2003 .
- QUEIRÓZ, Suely Robles R. **Escravidão Negra em Debate.** *In: Historiografia Brasileira em perspectiva.* São Paulo, Contexto, 2000.
- REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. *In: Dossiê Brasil /África: Revista da USP*, V 18. p.6-29. São Paulo, 1993.
- RODRIGUES FILHO, Mário. **O negro no futebol brasileiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- SCHWARTZ, Stuart. **A Historiografia Recente da Escravidão Brasileira.** Cap 1. *In: Escravos Roceiros e Rebeldes.* Bauru: Edusc, 2001.
- SLENES, Robert Wayne Andrew . **Na Senzala, Uma Flor: Esperanças e Recordações Na Formação da Família Escrava (Brasil Sudeste, Século XIX).** Rio de Janeiro - RJ: Nova Fronteira, 1999.
- THOMPSON, Edward. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.